

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar



CARLOS NOGUEIRA

Adalberto Tokarski também propôs mudanças “cirúrgicas” no atual marco regulatório do setor, a Lei nº 12.815/2013, a fim de reduzir a burocracia no processo de liberação de investimentos nos complexos portuários

Diretor-geral da Antaq defende descentralizar gestão de portos

Proposta foi destacada durante discurso na abertura do seminário Santos Export, na noite de ontem, na Cidade

JOSÉ CLAUDIO PIMENTEL

DA REDAÇÃO

Descentralizar a gestão portuária e modificar a atual legislação para desburocratizar investimentos. Estes foram os pontos defendidos pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Adalberto Tokarski, durante a abertura da 14ª edição do Santos Export - Fórum Internacional para a Expansão do Porto de Santos, ontem.

O evento, que acontece no Mendes Convention Center, em Santos, é uma iniciativa do Grupo Tribuna e realização da Una Marketing de Eventos. A solenidade de abertura também reuniu os secretários Luiz Fernando Garcia da Silva (Políticas Portuárias) e Daniel Maciel de Menezes Silva (Infraestrutura Portuária), do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), o vice-governador Márcio França e autoridades regionais.

No cargo há pouco mais de

um mês e meio, Tokarski afirmou que a Antaq, hoje, está focada em atender à demanda do MTPA e discutir como aprimorar a atual legislação. Entretanto, para ele, o objetivo não é construir um novo marco regulatório para o setor no País. “Eu falo em uma atuação quase que cirúrgica (na Lei nº 12.815, em vigor há três anos) para justamente simplificar procedimentos com o objetivo de sermos menos burocratas”, disse. Ele exemplifica que, hoje, um processo de um novo terminal privado sai da Antaq,

segue para a SEP (Secretaria de Portos, hoje parte do MTPA), volta para agência e depois retorna à pasta. “Porque não devolver tudo isso de volta à Antaq, como antes? É preciso mudar isso se queremos melhorar”, afirmou.

O diretor da Agência também defendeu a devolução de autonomia para as Autoridades Portuárias como forma de agilizar a tomada de decisões e a aplicação de investimentos locais. No entanto, ele ressalta que isso só valeria para as estatais que tiverem corpo técnico capacitado, a exemplo, para ele, das de Santos e Paranaguá.

Algo que funcionaria nesse modelo de gestão descentralizado, de acordo com Adalberto, é a licitação de áreas de menor porte (galpões, pequenos berços e terrenos restritos). Sem quantificar, ele explica que hoje elas aguardam o arrendamento dos blocos prioritários de 150 instalações espalhadas pelos portos brasileiros – as novas concessões

são assunto da palestra que abre o evento hoje, a partir das 9h30.

“Nestes casos, você não precisa de um estudo de viabilidade (como ocorre no caso das prioritárias). O objetivo é que as áreas paradas voltem a ser utilizadas por pequenas, médias e grandes empresas. Afinal, o conceito de porto público é para todas as empresas”, disse, ao lembrar que isso poderia beneficiar o Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

Essas áreas menores, ainda de acordo com o diretor-geral, poderiam ser arrendadas com menor tempo de contrato (até

8 anos, como permite a atual legislação) e atrair investimentos que, às vezes, não são atrativos para empresas que quebrem ocupar grandes áreas por mais de 25 anos.

ELIMINAR ENTRAVES

O secretário de Políticas Portuárias do MTPA, Luiz Fernando Garcia da Silva, também defendeu a necessidade de mudanças pontuais na legislação. Para ele, já é possível melhorar os processos propostos pelo atual marco e eliminar os entraves burocráticos desnecessários.

“Todas as ações que o Governo faz ou tem com o porto não são estanques. A gente tem que lembrar também que a atividade portuária tem reflexo na cidade, na comunidade”, disse ao citar o Santos Export como um evento facilitador, capaz de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão do Governo.

Tanto o secretário como o diretor-geral da Antaq não falam em quando as mudanças serão, de fato, definidas e colocadas em prática. Mas ambos concordaram que o atual período de crise propícia uma “janela” para discutir melhorias, a sem aplicadas para beneficiar o setor portuário brasileiro.

Desburocratizar

“Nesse momento, em que se vislumbram mudanças pontuais, temos que melhorar aquilo que é possível e eliminar entraves burocráticos desnecessários. São três anos de marco legal (a Lei nº 12.815) já”

“Às vezes o Governo não trabalha num ritmo desejável”

Luiz Fernando Garcia da Silva, secretário de Políticas Portuárias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil



CARLOS NOGUEIRA